

## IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO/2008; O CADERNO DO PROFESSOR.

Célia Maria DAVID<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo é um relato de pesquisa que realizei sobre a implantação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo/2008, na Rede Oficial de Ensino do município de Franca, nos anos de 2008-2010. O objetivo foi conhecer e analisar o processo de elaboração e os mecanismos de implementação desta proposta. A pesquisa orientou-se por procedimento de natureza exploratória realizada de forma qualitativa com base na análise de conteúdo. Foram analisados: o *kit* de documentos que a compõem, a legislação pertinente e bibliografia especializada. Para este relato privilegiei a análise do Caderno do Professor, que compõe o kit de documentos da referida proposta, por considerá-lo, de maneira especial, como ponto - chave do currículo e por configurar-se como guia do trabalho do professor, portanto veículo singular da implantação. O que se pode afirmar é que este material foi elaborado de maneira autoritária, encaminhado de cima para baixo e colocou em xeque a autonomia do professor em sala de aula.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política educacional. Reforma curricular. Caderno do professor. Autonomia.

Uma pesquisa em educação quer na amplitude macro de uma política educacional, quer no micro-espço da escola, ou da sala de aula, ganha sentido para além de leis, decretos e das mensurações de resultados. Ela desafia as aparências para buscar os significados das ações e das reações que se constroem e se ocultam na dinâmica das relações, tanto dos micros como dos macros espaços entre si, como um em relação ao outro.

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo/2008, objeto de pesquisa que realizei entre os anos de 2008-2010, dando continuidade aos meus estudos sobre o percurso da disciplina História, na rota das políticas educacionais, sob meu ponto de vista, configura-se como uma destas ações que, para não desmentirem a história do processo de elaboração e implantação das políticas educacionais brasileiras chegam sem avisar, surpreendendo a todos e de maneira especial os que, em curto prazo, devem levá-la a cabo, com o compromisso de certificação de “salvadora da pátria”. É neste sentido e com este espírito que a então secretária de educação do Estado de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro ao apresentar a nova proposta curricular aos gestores da rede oficial de ensino do estado, anunciou o ano de 2008 como um “divisor de águas”,

<sup>1</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas - Pós-Graduação em Serviço Social. Franca – SP – Brasil. 14409-160 - cmdavid@franca.unesp.br

para a educação paulista (SÃO PAULO, 2008b, p.3). Firmava-se o comprometimento do governo com a qualidade da educação do Estado como resposta ao insuficiente desempenho dos alunos nas avaliações da Prova Brasil, Enem e Saresp, em 2007.

Tendo-se, como o propõe Libâneo, Oliveira e Toschi (2003), que, por um lado as políticas educacionais e curriculares não são neutras e vão determinar o tipo de sujeito a ser formado e, por outro, a possibilidade de que a escola, os professores podem aderir ou resistir a tais políticas e, em contrapartida, apresentarem uma nova prática formativa (DAVID, 2010), interessou-me nesse artigo discutir, ainda que provisoriamente, a questão relativa aos impactos da nova proposta curricular no espaço da sala de aula. Um recorte desta natureza, longe de ser simplista, diz respeito de maneira complexa a materiais, métodos e meios, num processo que envolve de maneira pontual - prática pedagógica, materiais didáticos e conteúdos – e em âmbito geral, como abarcador de todo processo, um plano de gestão. Desvela-se nesta propositura um aspecto, talvez o mais significativo para o entendimento da relação entre o sistema educativo e as escolas. Uma questão voltada especialmente para o entendimento do processo de implementação da referida proposta curricular, no âmbito da sala de aula, ponta do sistema.

O fato é que em nome da decantada qualidade do ensino o governo de São Paulo definiu 10 ações para atingirem 10 metas até 2010<sup>2</sup>. Na realidade, um Plano Político Educacional voltado de maneira especial para a melhoria da aprendizagem, como o definiu Maria Inês Fini (MURRIE, 2008)<sup>3</sup>. Das ações, cinco dizem respeito diretamente à implantação do Programa São Paulo faz Escola e se traduzem na materialização da nova Proposta Curricular, e seus desdobramentos:

1. Implantação de Base Curricular Comum para toda a rede estadual (Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio);
2. Divulgação dos

<sup>2</sup> 1 - Todos os alunos de 8 anos plenamente alfabetizados; 2 - Redução de 50 % das taxas de reprovação da 8.ª série; 3 – Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio; 4 - Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos (2.ª, 4.ª e 8.ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio); 5 - Aumento de 10% nos índices de desempenho dos ensinos fundamental e médio nas avaliações nacionais e estaduais; 6 - Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com oferta diversificada de currículo profissionalizante; 7 - Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, em colaboração com os municípios, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1.ª a 4.ª séries); 8 – Programa de formação continuada de professores e de capacitação dos dirigentes de ensino e diretores de escolas com foco na eficiência da gestão administrativa e pedagógica do sistema por intermédio da utilização da estrutura de tecnologia da informação e Rede do Saber; 9 - Descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados; 10 - Programa de obras e infraestrutura física das escolas.

<sup>3</sup> Confira vídeo disponível também na internet (SÃO PAULO, 2012).

conteúdos básicos de aprendizagem para todas as séries do Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio; 3. Distribuição das propostas curriculares (por disciplina e orientações de práticas de sala de aula para os professores de disciplinas/séries do Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio; 4. Seleção de 8 mil Professores Coordenadores para apoio à implantação e orientação do programa; 5. Implantação da avaliação bimestral dos alunos e de processos contínuos e dirigidos de recuperação. (MURRIE, 2008, p.30).

Sem desconsiderar a intrínseca conexão entre as cinco ações, selecionei a ação de número três: “Distribuição das propostas curriculares (por disciplina e orientações de práticas de sala de aula para os professores de disciplinas/séries do Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio” como centro gerador da presente discussão, por considerar que o recorte permite, de maneira bem direta, a focalização do olhar no que anunciei: materiais, métodos e meios, evidentemente, repito, sob a perspectiva de um plano de gestão. Esta ação consolida-se, de maneira intrínseca, com as das duas ações que a precedem: a implantação de uma base curricular comum e a divulgação dos conteúdos. Como professora de Prática de Ensino de História, minha atenção voltou-se para o currículo de História.

Frente à proposta a Secretaria de Educação do Estado elaborou um *Kit* de quatro documentos, assim especificados: Documento 1- Apresentação; Documento 2. Caderno do Gestor; Documento 3- Caderno do Professor; Documento 4- Caderno do Aluno. Foram elaborados e distribuídos 12 Cadernos /Apresentação, um para cada disciplina do Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio. Estes cadernos foram organizados em três partes. Na primeira estão dispostos os princípios e conceitos da Proposta Curricular, num texto comum para todas as disciplinas. A segunda reproduz as áreas de conhecimento na mesma disposição constante dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e as áreas de conhecimento; Linguagens, códigos e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias. A terceira é dedicada à concepção e conteúdos programáticos das disciplinas para cada série, distribuídos pelos quatro bimestres do ano letivo.

O fato é que este *kit* de documentos, porquanto investido da envergadura de recurso didático, sob a dinâmica de uma gestão focalizada no Professor Coordenador, traduz a Proposta Curricular do Estado de São Paulo/2008 dir-se-ia, o Currículo em ação.

Considerando a ordem de prioridade, para minha análise, destaco o Documento 3, o Caderno do Professor. O Caderno do Gestor e o Caderno do Aluno,

respectivamente documentos dois e quatro, serão abordados na medida necessária à discussão.

## **Apresentando o Caderno do Professor**

Este Caderno teve sua primeira versão na Revista do Professor que compôs, junto com o Jornal do Aluno, o material que subsidiou o trabalho inicial de recuperação, que teve início no dia 18 de fevereiro de 2008, em toda a rede de ensino público do Estado. Foi esta a ação pioneira nas salas de aula, para a implantação da Proposta<sup>4</sup>, capitaneada pelo programa intitulado “São Paulo faz Escola”. O Caderno foi organizado por disciplina e por série; os conteúdos e temas estão dispostos bimestralmente em Situações de Aprendizagem. Portanto, quatro cadernos por ano, respondem pelos conteúdos das disciplinas de cada série. Mais que o “tradicional” livro didático, ele apresenta orientações detalhadas para o professor desenvolver suas aulas, numa estrutura organizacional disposta da seguinte maneira:

- **Ficha do Caderno** onde constam: o nome da disciplina, a área, a indicação da etapa da educação básica, a série, o período letivo, os temas e conteúdos;
- **Orientação sobre os conteúdos do bimestre:** neste espaço o professor é orientado sobre objetivo e a relevância dos temas, a abordagem e os conhecimentos priorizados, as atividades, as estratégias e os recursos que serão utilizados. Destaca-se a possibilidade que o professor terá de “realizar mudanças, para adequar as propostas à sua experiência docente, ao seu atual grupo de alunos e às suas condições de trabalho”;
- **Situações de Aprendizagem** onde, de maneira introdutória são apresentados os objetivos da situação e, na sequência, um quadro com o plano de desenvolvimento da mesma contendo: tempo previsto, conteúdos e temas, competências e habilidades, estratégia, recursos e avaliação.

Em um roteiro pré-estabelecido estão pormenorizadamente expostas as etapas para o desenvolvimento de cada atividade que se inicia com o título “Pré-requisitos

---

<sup>4</sup> O Jornal do Aluno e a Revista do Professor foi o primeiro material elaborado por uma equipe técnica da SEE/SP e distribuído para todos os alunos e professores da ROE, para ser utilizado nos primeiros 40 dias letivos do ano de 2008 (18/02 a 30/03) período este classificado como de recuperação intensiva. O jornal

curriculares”, na sequência apresenta a indicação dos “Conhecimentos priorizados” e em seguida a “Sondagem e sensibilização.” Os conteúdos estão divididos pelo número de aulas previstas para cada tema. Um esquema que, além de restringir o trabalho do professor ao cumprimento das tarefas pode ser definido como um dificultador para que ele, professor, realize mudanças, ou faça escolhas sem se comprometer, conforme manifestação destes profissionais em entrevista que realizei, como parte da pesquisa já comentada.

Todos os passos que o professor deverá seguir ao ministrar sua aula, estão devidamente traçados, por exemplo: “nesta etapa será importante [...], inicie a sondagem perguntando aos alunos [...]; é muito importante que você mostre [...]; faça um levantamento [...]”, etc. Na sequência há considerações sobre os conteúdos e temas que serão desenvolvidos na atividade, seguidas da indicação das competências e habilidades, estratégias, sugestão de recursos e considerações sobre avaliação. O trabalho culmina com questões para a avaliação final, com clara disposição das respostas que demonstram as habilidades e competências desejadas. Para fechar são apresentadas propostas de situações de recuperação e, na mesma ordem de raciocínio, a definição clara das habilidades e competências que deverão ser desenvolvidas. Este esquema se repete nos cadernos de todas as disciplinas e séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O Caderno do Professor/ História, na mesma formatação das demais disciplinas definiu-se não somente como o currículo de História da rede de ensino Básico de todo o Estado de São Paulo, mas como norte da prática pedagógica do professor, uma bússola, para não dizer “cartilha”.

Importa lembrar, que o primeiro contato do professor com o Caderno se deu no momento em que o material chegou às unidades escolares para ser colocado em prática, aspecto que já de início revela o processo de elaboração e o caráter de gestão da política educacional em curso: hierárquica e autoritariamente estabelecida, ou seja, de cima para baixo. Não há exagero em dizer: despejada goela a baixo. Uma postura que, de princípio, desabona, na base, a proclamada consulta feita à Rede sobre as experiências bem sucedidas em sala de aula, e também em gestão, conforme anúncio da Secretaria da Educação<sup>5</sup>.

O mecanismo e a própria logística do processo de implantação da

---

do aluno foi assim chamado devido ao seu formato, de jornal.

Proposta/2008, sugere a leitura do Caderno do Professor sob três ângulos estruturalmente articulados: material didático, currículo e instrumento de gestão. Sobre o primeiro, mais que material didático revelou-se um guia incontestado, ferindo de morte a indicação da pesquisa, da análise e da crítica como princípios norteadores do ensino de História. Ademais, colocou em xeque o processo ensino - aprendizagem que nomeou o aluno como sujeito da sua aprendizagem e da História, bandeira da proposta curricular/1992 para o ensino da referida disciplina. Com relação ao currículo só pode definir-se, inicialmente, em oposição à descentralização que deu autonomia às escolas para definirem seus próprios projetos pedagógicos, e, conceitualmente, na premissa de que ele não é anistórico, transcendente e atemporal, tampouco neutro, mas uma construção social e cultural, permeada pelas relações de poder (GIMENO SACRISTÁN, 2000; SILVA, 2005; GOODSON, 1995; APPLE, 2006). Frise-se: relações estas que desde os tempos coloniais permeiam os espaços institucionais brasileiros.

Recorrendo a Gimeno Sacristán (2000, p.17): “Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação.” Fins estes que são datados.

Importa, ademais, frisar que se trata de um currículo padrão, que tem como referência, de maneira paradoxal, uma situação também padronizada. A única referência padrão real, é o sistema de ensino do estado que, de concreto, se caracteriza pela heterogeneidade das condições físicas e materiais de cada região, de cada Diretoria de Ensino, de cada escola, particularmente considerada.

A ênfase foi dada na qualidade e na relevância do material que “elaborado por competentes especialistas,” constitui “[...] a base estrutural das aprendizagens fundamentais a serem desenvolvidas pelos alunos” e a importância da atuação do professor na sala de aula (FINI apud SÃO PAULO, 2009c). O discurso oficial de sustentação alicerça-se no “[...] dever de garantir a todos uma base comum de conhecimentos e competências, para que nossas escolas funcionem de fato como uma rede.” (FINI, 2008, p.8).

Considerando-se a articulação material didático x currículo, as orientações

---

<sup>5</sup> Estas informações constam dos documentos escritos e nas videoconferências disponíveis no site do “São Paulo faz escola.” (SÃO PAULO, 2012).

contidas no Caderno do Professor priorizam conhecimentos e apresentam os conteúdos num alinhamento seqüencial, evolutivo, fundamentados em pré-requisitos curriculares. Uma manifesta forma oficial de se transmitir a cultura de uma sociedade (MOREIRA; SILVA, 1994).

De maneira sequencial e evolutiva também estão traçados os passos didáticos pedagógicos do professor desde a etapa da Sondagem e Sensibilização, como nos exemplos seguir:

Sugira a seus alunos que observem o mapa atual da Europa que se encontra no Caderno do Aluno. Em seguida peça que localizem Portugal e Espanha. Diga a eles que a formação dos Estados português e espanhol está intimamente relacionada a um processo chamado de Reconquista cristã. Em seguida, peça que [...] (SÃO PAULO, 2008c, p.10).

Inicialmente, você pode propor a observação da imagem de uma suástica, contida no Caderno do Aluno, e perguntar a seus alunos: Você já viu esse símbolo? Em que situações vocês já o viram? Quem sabe o que ele significa?

[...] Explique que se trata de um símbolo religioso, presente em diversas culturas muito antigas [...] [...] (SÃO PAULO, 2008c, p.11).

[...] No momento da correção da lição de casa explique que, em 1905, o arqueólogo Jaques de Morgan encontrou na cidade de Susa, na Pérsia, uma estela de diorito negro, [...] [...] (SÃO PAULO, 2008b, p.20).

No ângulo da gestão, conforme o exposto, o processo tem início na própria sala de aula, dado que pronto e acabado, senão verdadeiro, gesta o desenvolvimento do trabalho do professor sob um esquema padrão, referendando a postura da Secretaria de Educação que apostou na homogeneização do sistema, por intermédio da recomendação padronizada dos recursos, métodos, estimação do tempo e, sobretudo, na direção e calibragem da prática pedagógica por meio do Caderno do Professor (DAVID, 2010, p.178). Para dizer de outra maneira, a indicação é que as mesmas séries das escolas de todo o estado deverão estar, em determinado tempo, desenvolvendo a mesma Situação de Aprendizagem. Por via de consequência, é possível ajuizar que todos os dos alunos deverão estar trabalhando os mesmos conteúdos, sob os mesmos procedimentos, na perspectiva do *slogan* do direito de aprender. Uma condição incontestável, como bem adverte Murrie (2008, p.38):

Nos Cadernos do Professor por disciplina/série/bimestre, há a definição das expectativas de aprendizagem por disciplina/série/bimestre. Os professores de disciplina/série devem se identificar com essas expectativas e, necessariamente, incluí-las em seus planos.

Acrescente-se ao ajuizamento a recomendação da Coordenadora Geral para que as contestações, ou discordâncias por parte dos professores, caso se manifestem, com relação à Proposta Curricular, não devem ser aceitas e, que “[...] com o suporte do Diretor e de outros professores, o professor coordenador tem o direito, a obrigação de solicitar ao professor a apresentação de um projeto substitutivo que garanta o mesmo aprendizado previsto para os alunos na Proposta em curso.” (FINI, 2009). Com relação ao uso do Caderno, manifesta-se Fini:

O professor que **não** quiser usar o Caderno do Professor, ele **não** tem liberdade para fazer o que ele quer, e poderá usar outros recursos desde que garanta que os alunos desenvolverão as habilidades e competências previstas no Currículo (FINI, 2009, grifo nosso).

Em síntese, ao professor é facultado aceitar ou aceitar (DAVID, 2010). Como bem recomenda Fini (2008) o professor coordenador deve garantir o êxito da Proposta, como aquele que mostra o braço forte do Estado na recuperação da ineficiência consequente do processo descentralizador que concedeu autonomia às escolas para elaborarem seus próprios projetos pedagógicos (DAVID, 2010, p.100).

Evidencia-se a falta de apreço e descompromisso com os princípios da gestão democrática, da autonomia do professor e da construção coletiva do projeto político pedagógico, conforme prerrogativa do art. 3º da LDB nº 9394/06, alinhadas ao disposto no inciso VI, do art. 206, da Constituição Federal de 1988, preceitos que se articulam ao art. 14 da mesma LDB. Além das referências apresentadas a nova LDB retomou do art. 32 (inciso III), como norte de toda educação nacional, a exigência de “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, numa indicação clara do primado dos princípios democráticos como referência da dinâmica escolar, princípios estes desconsiderados na elaboração e implantação da Proposta Curricular em análise, facilmente comprováveis na formatação do Caderno do Professor.

Ainda na articulação dos três ângulos de análise, a implantação da proposta, de maneira integral para todas as séries, arvorou-se de marco zero; não levou em conta o trabalho que estava sendo desenvolvido pelos professores, e a própria condição do aluno

naquele momento. Se para a 5ª série foi um começar, para as outras, um eterno recomeçar numa total desconexão com o ritmo e com a organização do currículo então em curso (DAVID, 2010, p.173).

O *leitmotiv* do processo tem leitura fácil na preocupação dos gestores, com o desempenho dos alunos no SARESP; preocupação esta mobilizada pelos resultados.

### Considerações finais

O cenário apresentado revela uma estrutura administrativa centralizada, tecnicista e burocrática, que colocou em xeque não só a autonomia como a competência do professor.

O raciocínio que pouco a pouco toma corpo é que a urgência que se põe em nome da qualidade da educação pode ser traduzido por reordenamento ou adequação mensurável a um projeto de sociedade que, sobrepujando o local e mesmo o nacional, para constituir-se internacional, estabelece parâmetros sem fronteiras, dita normas para nossas vidas e estabelece metas para a educação (DAVID, 2010).

Na perspectiva de Apple, em análise da realidade educacional estadunidense, é possível afirmar que estamos diante de uma política neoconservadora de Estado, que na contramão da evidência neoliberal, submete os professores a uma autonomia regulada, onde “[...] os atos dos professores são sujeitos a um exame muito mais rigoroso em termos de processo e resultado.” Nesta prerrogativa “[...] o trabalho do professor torna-se extremamente padronizado, racionalizado e **‘policado’**.” (APPLE, 2003, p.62).

Instigante é olhar o quadro pela retina do professor retomando de Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) a reflexão que o coloca como agente do seu fazer profissional, na perspectiva de que ele pode aderir ou resistir a tais políticas e, em contrapartida, apresentar uma nova prática formativa. Falo da legitimação do processo, frente ao notório acomodamento do professor na situação que, no caso específico da proposta curricular, traz um elemento legitimador, ainda que discutível altamente atraente – o bônus merecimento.

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo/2008 visa, sobretudo, garantir que a escola cumpra com o compromisso do bom desempenho dos alunos na prova do SARESP e, na mesma propositura, possa atingir as metas a ela indicadas pelo IDESP, política que se legitima na pedagogia do prêmio e do castigo pelo bônus merecimento

que envolve todos os profissionais da educação. Neste terreno, a competitividade tem primazia e a semente democrática da educação está condenada a não germinar, conseqüentemente a perecer, recuperando, assim o eterno recomeçar que, de longuíssima data, tem orquestrado a sinfonia das políticas educacionais brasileiras.

### ***CURRICULUM IMPLEMENTATION OF THE PROPOSAL OF SÃO PAULO/2008; TEACHER'S NOTEBOOK***

**ABSTRACT:** *This article is a research report I made on the implementation of the Proposal for the Teaching of History of the State of São Paulo established in 2008 in the Official Network of Education of the city of Franca, in the years 2008-2010. The aim was to study and analyze the process of elaboration and implementation mechanisms of this proposal. The research deals with the analysis of the documents kit, the relevant legislation and specialized bibliography as well, followed by an exploratory procedure performed in a qualitative way based on the content of the analysis. For this analysis, the main point was the teacher's notebook, considering it, especially as a point - the key of the curriculum and set up to guide the work of the teacher, important instrument of work. O that can be said is that this material was prepared in an authoritarian manner, sent from above and put into question the autonomy of the teacher in the classroom.*

**KEYWORDS:** *Educational policy. Curriculum reform. Teacher's notebook. Autonomy.*

### **REFERÊNCIAS**

APPLE, M. **Ideologia e currículo.** Tradução de Vinícius Figueira. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educando à direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. (Biblioteca Freiriana; 5).

DAVID, C. M. **Currículo de história:** mudanças e persistências: a proposta curricular do estado de São Paulo / 2008. 2010. 301f. Tese (Livre Docência em Educação e Sociedade) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

FINI, M. I. O professor coordenador como gestor pedagógico: funções e atribuições. **São Paulo faz Escola**, São Paulo, 11 set. 2009. Palestra. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/spfe2009/NOT%C3%8DCIAS/tabid/1210/EntryId/57/Default.aspx>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FINI, M. I. (Coord.). **Proposta curricular do Estado de São Paulo:** história: ensino fundamental: ciclo II e médio. São Paulo: SEE, 2008.

GIMENO SACRISTAN, J. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. (Biblioteca Artes Médicas).

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. (Docência em formação).

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

MURRIE, Z. de F. **Caderno do gestor: gestão do currículo na escola**. São Paulo: SEE, 2008. v.1.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Estado e Educação. Proposta curricular do estado de São Paulo: ensino médio. **São Paulo faz Escola: Currículo, Avaliação e Expectativas de Aprendizagem**. Disponível em:

<<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/EnsinoM%C3%A9dio/V%C3%ADdeosFotos/tabid/1096/Default.aspx>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Caderno do professor: história, ensino fundamental: 6ª série**. São Paulo, 2009a. v.2.

\_\_\_\_\_. **Caderno do professor: história, ensino fundamental: 7ª série**. São Paulo, 2009b. v.3.

\_\_\_\_\_. **Caderno do professor: história, ensino fundamental: 8ª série**. São Paulo, 2009c. v.4.

\_\_\_\_\_. Encontro de dirigentes regionais, supervisores de ensino e diretores de escola (COGSP). **Rede Saber**, São Paulo, jan. 2008a. Disponível em: <[http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/Apres\\_PropCurricular\\_SupDiretores\\_230108\\_COGSPCEI\\_Completa2.pdf](http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/Apres_PropCurricular_SupDiretores_230108_COGSPCEI_Completa2.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Caderno do professor: história, ensino fundamental: 5ª série**. São Paulo, 2008b. v.1.

\_\_\_\_\_. **Caderno do professor: história, ensino fundamental: 6ª série**. São Paulo, 2008c. v.2.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.